

## AS REPRESENTAÇÕES DO COLÉGIO PAES DE CARVALHO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO NO PARÁ (1930 -1950)

**Tayana Helena Cunha Silva<sup>1</sup>**

*EAUFPA/Universidade Federal do Pará - UFPA*

**Cesar Augusto Castro<sup>2</sup>**

*Universidade Federal do Maranhão - UFMA*

### RESUMO

O presente artigo trata sobre as representações do Colégio Paes de Carvalho para o cenário da educação pública Paraense entre as décadas de 1930 a 1950, buscando entender as razões que fizeram este estabelecimento de ensino alcançasse o status de modelo do ensino secundário em função de sua equiparação nacional. Nesse sentido, o objetivo geral é analisar as representações da referida instituição para a conjuntura local via dispositivos legais, os quais regulavam o funcionamento do Colégio no recorte temporal em tela. O processo metodológico se constitui como documental, tendo como fontes os decretos publicados no *Diário Oficial* do estado do Pará referentes aos regimentos internos do estabelecimento, as mensagens de governadores relacionadas às ações do poder estadual na área educacional e ainda, os documentos do próprio Colégio que informavam sobre as atividades presentes naquele espaço. A fundamentação analítica foi construída a partir de autores como Roger Chartier (1990;2011), Souza (2013), Damasceno (2012;2015), Faria Filho (1998;2007), França e Alves (2020), entre outros que colaboraram respectivamente para a compreensão dos debates sobre as representações e da conjuntura do Pará no período investigado. Os dados revelaram que as práticas da citada instituição educativa lhe conferiram lugar de destaque no contexto da educação local, sendo considerada pela sociedade um símbolo de progresso, educação, civilidade e nacionalismo.

**Palavras-chave:** Colégio Paes de Carvalho; Ensino secundário; Estado do Pará; Representações.

### REPRESENTATIONS OF COLÉGIO PAES DE CARVALHO FOR SECONDARY EDUCATION IN PARÁ (1930 -1950)

### ABSTRACT

This article deals with the representations of Colégio Paes de Carvalho in the context of public education in Pará between the 1930s and 1950s, seeking to understand the reasons that led this educational institution to achieve the status of a model of secondary education due to its national

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora substituta da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA), Belém, Pará, Brasil. Rua Eng. Fernando Guilhon, Psg Elite, nº 28 altos, Jurunas, Belém-Pa, Brasil, CEP: 66030-230. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6672-2896>. E-mail: [tayanacunhahcs@gmail.com](mailto:tayanacunhahcs@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Porto-Portugal (UPORTO), Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil. Endereço para correspondência: AV. dos Holandeses, Quadra A, Ed. Solar da Península, Ponta da areia, São Luís, Maranhão, Brasil, Rua/Av., número, complemento, bairro, cidade, estado, país, CEP: 65077-357. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7650-895X>. E-mail: [ccampin.ufma@gmail.com](mailto:ccampin.ufma@gmail.com).

equivalence. In this sense, the general objective is to analyze the representations of the referred institution in the local context through legal devices, which regulated the functioning of the school in the time frame in question. The methodological process is constituted as documentary, having as sources the decrees published in the *Official Gazette* of the state of Pará referring to the internal regulations of the institution, the messages of governors related to the actions of the state power in the educational area and also, the documents of the school itself that informed about the activities carried out in that space. The analytical basis was constructed based on authors such as Roger Chartier (1990; 2011), Souza (2013), Damasceno (2012; 2015), Faria Filho (1998; 2007), França and Alves (2020), among others who collaborated respectively to understand the debates on representations and the situation in Pará during the period investigated. The data revealed that the practices of the aforementioned educational institution gave it a prominent place in the context of local education, being considered by society as a symbol of progress, education, civility and nationalism.

**Keywords:** Paes de Carvalho College; Secondary education; State of Pará; Representations.

## LAS REPRESENTACIONES DEL COLEGIO PAES DE CARVALHO PARA LA ENSEÑANZA SECUNDARIA EN PARÁ (1930 -1950)

### RESUMEN

El presente artículo trata sobre las representaciones del Colegio Paes de Carvalho para el escenario de la educación pública paraense entre las décadas de 1930 y 1950, buscando entender las razones que hicieron de este establecimiento educativo alcanzar el estatus de modelo de la enseñanza secundaria en función de su equiparación nacional. En este sentido, el objetivo general es analizar las representaciones de la institución para la coyuntura local a través de dispositivos legales, los cuales regulaban el funcionamiento del Colegio en el recorte temporal en pantalla. El proceso metodológico se constituye como documental, teniendo como fuentes los decretos publicados en el *Diario Oficial do Estado do Pará* referentes a los regimientos internos del establecimiento, los mensajes de gobernadores relacionados con las acciones del poder estatal en el área educativa y aún, los documentos del propio Colegio que informaban sobre las actividades presentes en ese espacio. La base analítica fue construida a partir de autores como Roger Chartier (1990;2011), Souza (2013), Damasceno (2012;2015), Faria Filho (1998;2007), França y Alves (2020), entre otros que colaboraron respectivamente para la comprensión de los debates sobre las representaciones y la coyuntura del Pará en el período investigado. Los datos revelaron que las prácticas en esa institución educativa le confirieron un lugar destacado en el contexto de la educación local, siendo considerada por la sociedad como un símbolo de progreso, educación, civildad y nacionalismo.

**Palabras clave:** Colegio Paes de Carvalho; Enseñanza secundaria; Estado del Pará; Representaciones.

### INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre as representações do Colégio Paes de Carvalho para a educação pública do Pará e para a sociedade local, haja vista que este estabelecimento foi pioneiro na oferta de ensino secundário para os jovens Paraenses. Tal característica, portanto, atribuiu-lhe posição importante no cenário local, fazendo deste um modelo de instituição secundária a ser seguido em sua organização e práticas, as quais eram consoantes a um projeto de formação nacional da juventude estruturado na erudição e valores sociais e patrióticos.

O ensino secundário entre as décadas de 1930 a 1950 experimentou importante reestruturação em aspectos de ensino e infraestrutura, proporcionando centralidade a esta etapa na linha do tempo da História da Educação Brasileira. Tal visão também foi notada no estabelecimento Paraense, o qual era equiparado ao Colégio Pedro II, e assim cumpria as normativas nacionais estipuladas para o dito nível de ensino.

Os regimentos internos do Colégio publicados no Diário Oficial do estado do Pará nos anos de 1933 e 1946, os documentos internos como portarias e ofícios, e mensagens governamentais, aqui definidos como dispositivos legais deste estabelecimento, foram meios de verificação da relevância da instituição Paraense para a História da Educação local. Nesse sentido, a questão norteadora deste estudo se ocupa em compreender, quais as representações do Colégio Paes de Carvalho para o ensino secundário no Pará a partir dos dispositivos legais, entre as décadas de 1930 a 1950?

Metodologicamente, se constitui em uma investigação documental, formada pelos regulamentos internos do estabelecimento atualizados e publicados no Diário oficial, o jornal *A Folha do Norte*, que noticiava amplamente o cotidiano escolar de diversas instituições educativas do Pará e, mensagens dos gestores estaduais divulgando dados relevantes a respeito da conjuntura educacional do Pará. A coleta destes documentos foi realizada na hemeroteca da biblioteca pública Arthur Viana e no Arquivo Público do Estado do Pará, considerando o valor das informações registradas em relação às práticas propostas para o Colégio Paes de Carvalho à época.

Em relação aos regimentos internos, os dados encontrados revelaram normas disciplinares para alunos e professores, organização do ano letivo, disposição curricular, tempos de ensino entre outros elementos. A situação do referido estabelecimento Paraense no conjunto de ações para a instrução pública, sobretudo no quesito de matrículas anuais foi identificada nas mensagens governamentais do estado.

Como última categoria documental levantada, o jornal *A Folha do Norte* divulgava notícias a respeito das atividades triviais e especiais do Colégio em estudo,

como a publicação dos resultados dos exames escolares e a premiação de alunos. Nesse sentido, tais fontes permitiram conhecer as representações construídas sobre este Colégio, as quais foram contextualizadas e compreendidas a partir das contribuições de Chartier (1990;2011), Souza (2013), Faria Filho (2007), Alves e França (2020) entre outros.

O texto se organiza em dois momentos: o primeiro concentra-se em debater brevemente sobre o contexto educacional Paraense nas décadas investigadas, verificando sua sintonia com as mudanças nacionais. No segundo momento, serão tratadas as representações sobre o Colégio Paes de Carvalho para o referido nível de ensino no estado do Pará, a partir dos dispositivos legais, procurando identificar o valor do estabelecimento naquele período.

### **A conjuntura educacional no Pará nas décadas de 1930 a 1950**

Conhecido como o início da segunda república brasileira, este período representa um marco histórico em aspectos políticos, econômicos e educacionais, especialmente a partir da revolução de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e, suas ações populistas com o intuito de impulsionar as ideias desenvolvimentistas. Um dos caminhos para efetivar essas intenções foi a educação, a qual foi expressivamente reformulada por políticas e reestruturações com vistas a constituir um capital humano capaz de colaborar com os projetos econômicos de industrialização nacional (Romanelli, 2014).

O processo de reorganização do campo da educação no referido período contemplou questões concernentes à responsabilidade dos entes federativos em relação ao quantitativo de investimentos para a área, até a modernização do pensamento pedagógico direcionado pelas ideias da Escola Nova.

Com a justificativa de unidade no desenvolvimento do país, a condução das decisões sobre a pasta educacional produziu uma espécie de conformidade nacional, de modo que os estados brasileiros organizavam suas práticas a partir das orientações provindas do Ministério da Educação e Saúde (Romanelli, 2014).

O estado do Pará também esteve inserido neste cenário com a nomeação de Joaquim de Magalhães Barata como interventor do estado, o qual legitimou a sintonia com o governo federal, ao dedicar atenção e ações à educação de modo semelhante na ampliação do número de vagas e oferta de ensino para o interior, visando melhorar especialmente a educação rural e profissional que seriam fundamentais para as pretensões da época (Damasceno, 2015).

O movimento de modernização previsto pela Escola Nova também foi observado em terras Paraenses, em aspectos pedagógicos e materializados em reorganizações como a da Escola Normal, assim como as conferências pedagógicas promovidas pela então Diretoria Geral da Educação e Ensino Público. Tais encontros objetivavam demonstrar a aplicabilidade dos conteúdos escolares para vida e trabalho, reiterando os princípios nacionalistas vigentes e comungados pelo interventor Barata (Damasceno, 2012).

Este autor ainda sinaliza que o processo de modernização da educação pública local ocorreu de forma controlada, em razão de que essas ações foram marcadas pela alternância entre a transformação social e o atendimento de interesses políticos e ideológicos do poder estadual, por isso a educação Paraense além da promoção do desenvolvimento local, igualmente seria um caminho de propagação da ideologia cívico-moral do governo (Damasceno, 2015).

Nessa direção, as instituições educativas locais seriam os redutos de efetivação dos referidos objetivos os quais constituiriam a formação de indivíduos condizentes aos princípios de progresso em vigor naquele período, em todos os níveis de ensino. E em relação ao ensino secundário, o Colégio Paes de Carvalho tornou-se figura emblemática para tal fim, em razão de ser uma instituição equiparada nacionalmente e, portanto, cumpridora das mudanças no campo (Cunha Silva e Castro, 2021).

E o seu papel angular contribuiu para produzir toda uma simbologia sobre este Colégio que desde a sua fundação e, especialmente no recorte deste texto, teve seu trabalho altamente conceituado pela sociedade Paraense, conforme trataremos na seção seguinte.

## **As representações do Colégio Paes de Carvalho para o ensino secundário Paraense**

Para Roger Chartier (2011), o estudo das representações permite conhecer uma conjuntura não vivida, marcada por práticas e indícios originados em outros tempos. Além disso, auxilia na compreensão de que um objeto ou uma fonte podem projetar diferentes sentidos em determinada sociedade, isto é, diferentes formas de elaboração e interpretação em uma dada realidade (Chartier, 1990).

As representações sobre o Colégio podem propiciar indicativos de valores nacionalistas e morais, concepções de educação e outros pontos relativos ao estabelecimento divulgados de modo explícito ou não nos dispositivos legais, classificados pelos regimentos internos da instituição publicados no Diário Oficial do estado do Pará (1930 a 1940), nas mensagens governamentais (1930 a 1950) com tratativas estaduais para a educação e ainda, nos documentos deste ambiente escolar que notificavam sobre atividades em curso no Colégio.

Os tipos de representações devem ser o primeiro item observado nos estudos que empreendem análises neste campo. Desta forma, verificou-se que o grupo de representações das práticas e das expectativas e competências dos indivíduos permite perspectivas de conhecimento da posição ocupada pelo Colégio no contexto educacional local, em razão de que tais representações contribuem para a compreensão a formação histórica do estabelecimento e, ainda definir sua autoridade como modelo de instituição naquele determinado cenário social (Chartier, 2011).

A primeira representação sobre o Colégio Paes de Carvalho diz respeito à condição conferida como estabelecimento central de ensino secundário no Pará, em que sua organização e práticas acompanhavam o padrão do Colégio Pedro II, o qual desde o início de suas atividades, ainda no Império, era o modelo escolar a ser replicado pelas regiões do Brasil. Por isso, o Colégio, durante o período investigado, ainda apresentava a condição de equiparação nacional, conforme sinaliza o trecho do discurso do governador do estado, Dr. José da Gama Malcher, pronunciado na Assembleia Legislativa, em 1936, onde ratifica a conformidade da instituição com as

mudanças regulamentares no secundário, desde o período em que era conhecido como Ginásio Paraense, apontando que:

Obedecendo a nova orientação do ensino secundário, elaborada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, creamos, por decreto n. 1950, de 3 de março do corrente anno, o Curso Complementar, funcionando no Gymnasio Paraense, com um total de 97 alunos. Convem notar que no Norte do Brasil o Pará é um dos únicos Estados a manter este curso. [...] Anexo ao mesmo estabelecimento funciona o curso de adaptação, destinado a preparar alumnos para o curso fundamental, constituindo este trabalho obra de valor (Pará, 1936, p. 99).

A característica de liderança na educação pública paraense também foi identificada nos decretos divulgados pelo governo estadual, definindo o regimento interno do Colégio Paes de Carvalho, determinando normativas de funcionamento contemplando distintos aspectos: os exames de admissão, as provas, os horários de aulas, a disciplina, os docentes, a gestão, entre outros. Este conjunto de elementos ainda possibilitam compreender a figura do Colégio Paes de Carvalho como modelo institucional, haja vista que, tais diretrizes o desenharam como modalidade de escola por apresentar uma forma própria de organização escolar, assim como se trata de um modo de oferta escolar no dito nível de ensino (Souza, 2013).

Na condição de modalidade de estabelecimento de ensino, a ordenação mais estruturada existente no regulamento se iguala às singularidades da escola graduada, uma vez que as atividades organizadas por aspectos pedagógicos materializados na seriação dos alunos, num corpo docente especializado, divisão dos conhecimentos por áreas, bem como os elementos arquitetônicos, correspondendo ao projeto de modernização educacional implementado no Brasil nos primeiros anos do regime republicano (Souza, 2013).

A supracitada condição atribuída ao Colégio também permite inseri-lo no debate da forma escolar por ser uma variação do modo de socialização vigente neste espaço, quando registra nos seus dispositivos legais, os elementos que sistematizam a relação pedagógica a qual é classificada pela obediência de normas e procedimentos, pelo tempo e saberes escolares projetados para um dado contexto (Vicent; Lahire; Thin, 2001). A criação da forma escolar permitiu alterações na

relação pedagógica, ao definir um tipo específico de socialização, formando uma relação de hierarquia entre docentes e alunos, submetidos a condutas diferentes.

Essa lógica organizativa integrou o cenário da instituição Paraense quando estabeleceu normas para os indivíduos envolvidos no processo educativo naquele ambiente, definindo entre eles uma hierarquia que foi registrada no regimento interno, regulamentado via decreto nº 599 de 28 de agosto de 1946, o qual tratou das condutas esperadas de professores e alunos durante suas atividades no Colégio. Os capítulos IX e XV do referido dispositivo legal discorreram sobre este assunto, que intitulou a temática como “Dos deveres do aluno” e “Dos direitos, deveres e penas do pessoal docente e administrativo”, os quais recomendavam a separação na relação pedagógica gerada pela forma escolar de socialização exigida, conforme ilustra algumas alíneas atinentes às obrigações discentes:

Art. 40 - São deveres do aluno:

[...]

3) Cumprir as recomendações dos professores e seus auxiliares em tudo quanto disser respeito à boa ordem e eficiência de ensino; [...]

15) Não promover nem incitar ou tomar parte em desordens[...]nem desacatar qualquer membro do corpo docente ou administrativo, dentro ou fora do estabelecimento (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 3).

Além das vantagens e incumbências docentes, o regulamento interno deste Colégio também indicou os aspectos do grupo de professores em artigos próprios, os quais ilustravam a classificação destes profissionais em 5 categorias que executavam as atividades de acordo com as responsabilidades, que variavam com as mudanças normativas publicadas no Diário Oficial do estado. As classificações compreendiam os docentes em catedráticos e auxiliares, no entanto, nos regimentos de 1933, 1943 (publicado em 1944) e 1946, havia uma distinção das categorias remanescentes em relação a área de atuação ou vínculo institucional.

No regimento de 1933, além das já citadas categorizações, existiam docentes voltados às competências específicas de erudição: desenho, música e ginástica (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933). No que se refere aos dispositivos legais subsequentes, a correspondência de atividade foi expressa nos artigos a seguir:

Art. 133 - O corpo docente do Colégio Estadual Paes de Carvalho será constituído de professores catedráticos, docentes livres, preparadores, contratados e regentes de turmas contratados (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 8).

[...]

Art. 51 - O corpo docente do Colégio compor-se-á de professores catedráticos, interinos, substitutos, auxiliares e preparadores (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 3).

A questão das funções dos professores também foi tratada nos capítulos direcionados a esta temática, assim como os benefícios reservados aos catedráticos, em virtude de formarem o primeiro e mais qualificado grupo da vivência escolar. Os citados docentes encarregavam-se das principais cátedras: humanidades, música, línguas, instrução moral e cívica, desenho, ciências e outras; ao passo que as disciplinas trabalhadas de modo mais prático como a física, química e biologia, eram ministradas pelos auxiliares de ensino (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933).

Os regimentos ainda definiam outros tratados importantes ao desempenho da função docente no âmbito do Colégio, como as prováveis punições adotadas, as remunerações e gratificações estipuladas conforme a classe, as quais poderiam ser invalidadas quando as obrigações profissionais não fossem cumpridas, do mesmo modo, as razões para uma casual destituição ou alegação de faltas (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944).

Assim, os pontos abordados nos capítulos sobre a equipe docente do Colégio Paes de Carvalho sinalizam para a reflexão de que o exercício do referido ofício produziu uma certa conduta do professor nomeado, envolvendo desde as atividades pedagógicas até a efetivação das decisões escolares, disciplinares e das suas atribuições. Tais itens geravam um padrão de professor absoluto, ou seja, apto para operar as expectativas do ensino secundário.

Em vista disso, é possível perceber ainda que os instrumentos regimentais do Colégio, mais do que instituir uma linguagem comportamental para os professores, também sinaliza implicitamente (ou não), uma relação de autoridade exercida com os alunos, quanto do estabelecimento, na ocasião em que atendem as regras gerais definidas para o irrestrito desempenho da sua função. Tal argumento se apoia no fato de que na escola “[...] não se obedece mais a uma pessoa, mas a regras supra-

personais que se impõem tanto aos alunos quanto aos mestres” (Vicent; Lahire; Thin, 2001, p. 30).

Portanto, os professores também são contributos para a produção das representações do Colégio, uma vez que estes indivíduos conferem valor à instituição a partir de suas práticas condizentes ao pensamento educacional daquele período, determinando, portanto, a aclamação e a consagração social. Por isso, analisar as habilidades e o prestígio dos docentes, na perspectiva das representações, alude ao entendimento das formas de como os citados profissionais observavam o mundo, as convicções que defendiam e queriam difundir em suas falas ou atividades (Pesavento, 2012).

Outra justificativa relevante sobre o papel dos docentes para a construção das representações deste Colégio, reside no ponto de serem um dos parâmetros do poder da instituição frente à conjuntura educacional do Pará. Ademais, também se incorporam no tema das práticas oriundas deste grupo que formula sua própria identidade social ao integrar tal estabelecimento de ensino, isto posto, as linhas dos regulamentos que dissertavam sobre estes membros oficiais que personificavam as “[...] formas institucionalizadas pelas quais uns ‘representantes’ (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível ‘presentificam’ a coerência de uma comunidade, a forma de uma identidade ou a permanência de um poder” (Chartier, 2011, p. 30).

Outro ponto tratado entre os dispositivos regimentais refere-se ao informe dos fins educativos da escola, os quais objetivavam formar os estudantes de maneira ampla, incentivando práticas e pensamentos que conduzissem ao progresso integral do indivíduo. Portanto, como meio de continuidade dos preceitos educativos do ensino primário, o artigo 1º do decreto s/n de 15 de dezembro de 1943, em mais uma edição revisada do estatuto do Colégio, esclarecia que esta instituição tinha por finalidade formar:

[...] a personalidade integral dos adolescentes, acentuar e elevar, na formação espiritual dos mesmos, a consciência patriótica e a consciência humanística e dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 1).

Os objetivos formativos correntes no referido artigo nos mostram os valores a serem atingidos na educação dos jovens secundaristas, sendo assim, levam-nos a entender a perspectiva educativa daquele período, compreendido para ensinar de modo global, assinalando, dessa forma, os saberes e normas almejados por aqueles que elaboraram e regimentaram o ensino oficial. Nessa lógica, como causa relacionada às representações do Colégio como modalidade de escola secundária a ser reproduzida no estado, declaradas nas diretrizes regimentais como objetivo instrutivo, leva a percepção de que as instâncias superiores da área apresentaram os modos de funcionamento, em sintonia com os “[...] ideais específicos impostos como condição à modernidade” (Souza, 2022, p. 57).

A determinação do propósito educativo também permite supor que o dito Colégio considerava os fatores escolares que definem as singularidades do estabelecimento de ensino, quando refere-se ao progresso integral incluído na condição de valor, destacando a sua essência para a formação da sociedade (Faria Filho, 2007). Outro fator a ser ressaltado, diz respeito a existência das especificidades como os saberes sistematizados em programas e currículos, assim como a articulação com outros tempos formativos presentes no Colégio, os quais se forjam na “[...] relação entre escolarização de conhecimentos e tempos escolares” (Faria Filho, 2007, p. 148).

Diante destas argumentações, ainda podemos depreender que tais aspectos escolares presentes na constituição dessa instituição educativa associa a função da escola com a concepção adotada por Faria Filho (2007), segundo a qual, com a ampliação do poder administrativo do estado na educação pública no Império e advento da República, consolidou a primordialidade do papel das instituições de ensino no progresso da sociedade, o qual, no cenário da Segunda República, condiz à criação de indivíduos qualificados para contribuir com o avanço nacional.

Esse compromisso educativo igualmente foi verificado no Colégio, que, sendo reconhecido como instituição referência, tinha como função de ensino instruir jovens distintos e potenciais para liderar o desenvolvimento local. Esta conjuntura foi assinalada no relatório do governador Zacarias de Assunção, enviado

à Assembleia Legislativa no de 1953, onde enaltece a relevância educativa e social do estabelecimento que figurava como:

[...] um dos melhores estabelecimentos de ensino. A nossa geração de homens públicos que preponderam na vida do Estado, [...] dali é que saiu, ali é que faz sua preparação cultural C.E.P.C é um título de desvanecimento para o nosso ensino secundário, e ele continua a honrar sua tradição (Pará, 1953, p. 19).

As disposições estabelecidas nos dispositivos legais analisados até então recomendam que estes mecanismos de controle, como as leis e regulamentos, definiram segundo Souza (2022), um tipo de matriz escolar, o qual conforma um modelo de discente, ensino e de escola que equivalessem ao princípio proposto pela instituição. Nessa direção podemos conceber que os propósitos latentes nos citados documentos oficiais previam que a sua função também estava associada a ser um artefato forjador de corpos e pensamentos, logo estas regras “[...]dão indícios das práticas educativas da instituição, dando-nos a perceber como era pensado o projeto educativo” (Souza, 2022, p. 60).

À vista disso, julga-se que tais normativas e determinações retratam as formas como este Colégio era fixado naquela conjuntura social, assim como refletem os interesses de um dado fim educativo. Em resumo, os dispositivos legais que direcionam este estabelecimento de ensino narram discursos de quem o produziu, por isso, as análises dos assuntos dispostos nas linhas destes registros legais não devem concluir por uma perspectiva de imparcialidade daquelas orientações, uma vez que as prescrições estabelecidas reportam-se às “representações do mundo social que [...]assim construídas, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de que os utiliza” (Chartier, 1990, p. 17).

É possível inferir que as primeiras representações sobre o Colégio tratadas até o momento, são itens que futuramente irão promover práticas especiais. Contudo, de acordo com Chartier (1990), as práticas e representações não estabelecem uma relação direta, porém, estas últimas lideram certas práticas que

vão retratar uma realidade e sua individualidade, nesta situação, a expectativa de formação produzida pelos documentos oficiais, atividades que cumpram com tais objetivos, como também entender o contexto social da instituição.

Outra prática com característica semelhante diz respeito aos exames de admissão, os quais representavam um momento significativo para a educação da juventude por significar a transição do ensino primário para o secundário, assim como foram um meio de ascensão social aos requerentes bem-sucedidos, de forma que o período destes exames mobilizava os candidatos e seus familiares, além da população em geral.

O prestígio social ligado aos exames admissionais é corroborado por Minhoto (2008) quando destaca que os referidos exames significavam um tipo de mecanismo gerador de promoção social, realçando a educação como via de evolução do cidadão brasileiro em destaque no início do século XX e, no recorte temporal deste estudo, preservando tal valor. Por isso, desenha-se não apenas um período de mudança de situação social, mas o meio de apuração das “[...] habilidades, conhecimentos e atitudes dos aspirantes” (Minhoto, 2008, p. 454).

Desse modo, confirma-se o traço rigoroso dos exames seletivos ao secundário, como ressaltam Pessanha e Daniel (2002), a ação admissional como meio eliminatório para os jovens de famílias mais carentes que almejam ingressar no dito nível formativo, os quais, por distintos motivos, não conseguiria se preparar corretamente para as provas destinadas a aferir o conhecimento científico dos jovens.

Acerca dos exames realizados nas dependências do Colégio Paes de Carvalho, a conferência dos conhecimentos dos candidatos era rigidamente efetuada pelo docentes catedráticos por meio de saberes básicos, indicados no regimento de 1932 que, em seu artigo 26, determinara que sua aplicação seria fragmentada em duas etapas, correspondendo a “[...] provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar) e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais” (Diário Oficial do Estado do Pará, 1933, p. 2).

A condição especial que envolvia os exames identicamente foi observada na população do Pará e, particularmente na comunidade escolar deste Colégio, que esperava a publicação dos resultados da citada prova, conforme expõe uma notícia veiculada pelo jornal A Folha do Norte, em 1930, o qual anuncia que:

Pedem-nos alguns interessados que chamemos a atenção do director do Gymnasio Paes de Carvalho para a necessidade de ser publicado de um modo completo o resultado dos exames de admissão[...] no dia 22 os jornaes iniciaram a publicação dos nomes, em ordem alphabetica [...] os paes dos alumnos que prestaram exame estão assim, sem saber do resultado dos mesmos (*A Folha do Norte*, 1930, p. 2).

Outros exames praticados no secundário e, também constantes na rotina do estabelecimento, são as provas parciais e finais, as quais aconteciam, respectivamente, nos primeiros dias do segundo semestre e no fim do ano. Estas somavam 4 exames que constituam a nota final de cada estudante, combinação regida pelo supracitado decreto de 1933 que, da mesma maneira, elaborou outras instruções referentes ao tema.

Entre tais orientações, é relevante salientar os procedimentos avaliativos dos exames parciais, que além da avaliação estavam submetidos às considerações dos inspetores federais, personagens essenciais da história do ensino secundário. Essa situação foi assinalada no artigo 79, o qual explicitou este ponto da seguinte forma:

Art.79 - As provas parciais depois de julgadas pelos professores, serão encerradas por disciplina e série, em envólucro será lacrado e assinado pelo Inspetor Federal e pelo diretor.

§ 1º - As provas assim acondicionadas serão entregues ao Inspetor Federal, o qual fará a revisão das mesmas e em seguida, a identificação dos respectivos autores.

§ 2º - A nota de cada prova parcial será a média aritmética das notas conferidas pelos professores e revistas pelo Inspetor Federal (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

Como representantes do governo, os inspetores federais traduziam a confiabilidade que tais provas possuíam seja pela estrita fiscalização como pela certificação concedida aos candidatos exitosos (Minhoto, 2008). Dessa forma, a associação entre os as lideranças educacionais e o a inspetoria federal ratificava a importância que definia os exames praticados no dito nível de ensino, que classificavam as melhores performances estudantis.

No que se refere às provas finais, sua aplicação consistia em um arranjo mais organizado: os exames eram realizados perante uma banca examinadora formada por 3 professores do Colégio, designados pelo diretor. As médias atribuídas pelos docentes geravam a nota final de progressão à série subsequente e, em cada área de conhecimento, não poderiam ser inferiores a “art. 91 [...] trinta e a média arithmetica igual ou superior de cinquenta no conjunto das disciplinas obrigatorias da série” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

Para além dos pontos citados, França e Alves (2020) ainda indicam que os exames finais eram formados por provas orais divididas entre as disciplinas, bem como naquelas ministradas nos laboratórios. Contudo, a respeito do conteúdo tratado, as provas parciais e finais diferenciavam-se, pois, estas últimas rememoravam todo o programa ministrado durante o ano letivo. Outra questão relevante refere-se às regras disciplinares utilizadas nos exames parciais e finais.

Entre estas regras destacavam-se, a desclassificação do discente que se ausentasse da sala de aula após a seleção do tema; a conversação entre alunos durante os exames também caracterizava reprovação, bem como o emprego de materiais para leitura. Todos estes critérios eram religiosamente cumpridos, com o objetivo de manter a ordem nos exames, e os alunos que os descumprirem seriam penalizados com expulsão do estabelecimento e, impedidos de participar dos exames (França e Alves, 2020).

Aplicação dos exames parciais e finais ainda poderia ser realizada em períodos distintos àqueles regulamentados; conhecida como segunda época, tratava-se de um momento destinado aos alunos que manifestassem razão provável, como em situações de doença ou por desempenho insatisfatório na primeira prova. As datas dessa nova oportunidade avaliativa eram veiculadas pela imprensa, que foi um meio de grande valor na difusão das práticas do Colégio Paes de Carvalho.

Juntamente a publicação do cronograma de aplicação, também era divulgado pela imprensa, a chamada dos estudantes, a exemplo podemos citar o jornal *A Folha do Norte* (1940), que realizava esta convocação na véspera dos exames (França e Alves, 2020). A divulgação da rotina desta instituição pela imprensa também compreendia outros pontos, como a organização dos dias de

aulas, a assiduidade dos alunos e, sobretudo, o resultado das provas e suas notas. Um exemplo disso foi a publicação na seção “Nosso Ensino”, do supracitado jornal, da listagem de estudantes aprovados nas provas do Colégio Paes de Carvalho:

[...] – Alumnos da 1ª série, 3ª turma, que foram aprovados: Antonio F. Coutinho Filho, português 39, frances 54, mathematica 50, hist. da civilização 52, geografia 37, ciencias 53, desenho 63, media geral 50; Armando A. de Moura Palha, 42,58,53,65, 76, 73,76,64; [...] Darlindo T. de Moraes, 49,37,57, 41,72, 76,85, 58 (*A Folha do Norte*, 1940, p. 3).

Outro tipo de prova regimentada pelo Colégio são os chamados exames de suficiência, e consistem numa avaliação classificatória para continuidade às séries e ciclos seguintes do ensino secundário. Oficializada pelo regulamento institucional de 1943, esta prova era disposta por disciplina e composta pelas provas parciais e finais. Para a concessão da habilitação, eram fornecidas duas provas parciais e uma final, as quais eram elaboradas pelo docente especialista a partir do programa da disciplina que fixava: : “[...] 10 pontos para a primeira prova e 20 para a segunda, conservados em sigilo até a realização das provas” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 5).

Semelhantemente as demais provas anteriormente citadas, os exames de suficiência intencionavam ascender o aluno à etapa posterior por meio de metódica organização para assegurar a transparência deste curso, uma vez que a participação dos alunos era direta a começar dos exames parciais e finais. Diante disso, a execução desta avaliação era orientada tanto por regras disciplinares como curriculares que contemplavam desde a conduta dos docentes e discentes, o tempo de aplicação, até a escolha dos assuntos a serem cobrados e seu peso na construção da nota final, conforme explana o § 1º do artigo 99 destacado a seguir:

§1º - As provas parciais realizar-se-ão nos meses de Junho e Outubro, tendo um valor ponderado, respectivamente de dois (2) e quatro (4) pesos e versarão sobre a matéria ensinada até uma semana antes da realização de cada uma, e a prova final sobre toda a matéria ensinada na série (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 5).

O estudante aprovado nesta avaliação deveria cumprir uma dupla exigência: atingir a nota mínima de 5 no grupo de disciplinas, e em cada uma destas obter nota final mínima de 4. Ademais, a qualificação ainda estava vinculada à frequência

mínima de 30% nas aulas de educação física, instrução pré-militar e aulas teóricas; o cumprimento destas condições provia a habilitação do aluno para realizar os exames de licença, como última escala avaliativa específica do ensino secundário e praticadas no Colégio Paraense em investigação.

Este tipo de exame conferia o encerramento dos estudos do nível secundário àqueles alunos bem-sucedidos nas provas anteriores e, sua aplicação era realizada em conformidade aos ciclos vigentes, seguindo-se, então, em licenças próprias: ginásial, clássica ou científica. Neste caso, os programas de provas eram compostos por disciplinas referentes ao tipo de curso e os itens selecionados discutiam tópicos essenciais de cada área do conhecimento, segundo indicavam os trechos dos artigos 109 a 111:

[...] Os exames de licença ginásial versarão sobre as seguintes disciplinas: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História Geral e do Brasil. 8) Geografia geral e do Brasil. 9) Desenho.

Art. 110- Os exames de licença clássica versarão sobre as seguintes disciplinas: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4 e 5) Duas línguas vivas estrangeiras escolhidas dentre o Francês, o Inglês e o Espanhol. 6) Matemática. 7) Física, Química e Biologia. 8) História Geral e do Brasil. 9) Geografia Geral e do Brasil. 10) Filosofia.

[...] Art. 111- Os exames de licença científica versarão sobre as seguintes disciplinas: 1) Português. 2 e 3) Duas línguas vivas estrangeiras dentre o Francês, o Inglês e o Espanhol. 4) Matemática. 5) Física, Química e Biologia. 6) História Geral e do Brasil. 7) Geografia Geral e do Brasil. 8) Filosofia. 9) Desenho (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 6).

Compondo o conjunto avaliativo do ensino secundário e, conseqüentemente, do Colégio Paes de Carvalho, os exames de suficiência e de licença igualmente transmitiam um valor social pois, significavam o fim desta etapa educativa, que era símbolo de promoção social. Portanto, todos os exames relacionados ao referido nível de ensino dispunham de uma dupla atribuição: dispor o conhecimento e a determinação da lógica definidora do lugar dos indivíduos na instituição (Pessanha e Daniel, 2002).

Dallabrida, Trevizoli e Vieira (2013) reafirmam esta ideia e complementam que os 3 principais exames: admissão, suficiência e licença, caracterizam a marca social outorgada ao secundário, validando as pretensões da Lei Orgânica de 1942, que concebeu um complexo de ensino “[...] favorável à reprodução das classes

sociais, na medida em que favorecia o acesso de grande parcela da sociedade a níveis de ensino que poderiam acarretar em ascensão social” (Dallabrida; Trevizoli; Vieira, 2013, p. 4).

Assim é importante considerar que este sistema de exames também congregava valor à representação deste estabelecimento diante a educação Paraense, por provocar expectativas a respeito dos sujeitos a serem educados, bem como equiparam-se às representações das práticas específicas da rotina escolar do ensino secundário, possibilitando, em vista disso, incluir mais informações à construção da identidade desta instituição para a população Paraense (Chartier, 1991).

Portanto, mais do que mecanismos de controle e normatização da instituição, e como fonte de identificação das representações do Colégio Paes de Carvalho para a conjuntura educacional do estado, os dispositivos legais e suas tratativas, igualmente se caracterizaram como ferramentas que permitiram o conhecimento do funcionamento escolar, ou seja, proporciona indícios da atividade escolar, que podem ocasionalmente ser relacionados com o disposto no regimento oficial (Souza, 2022). Em suma, a utilização destes dispositivos normativos consiste no ponto de que os arranjos propostos viabilizam um conjunto de práticas e representações que analisadas historicamente, poderiam colaborar substancialmente na compreensão do fato educativo em suas múltiplas perspectivas (Faria Filho, 1998).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos destacar que o ensino secundário no Pará nas décadas investigadas, estava sintonizado com as orientações nacionais, contemplando especialmente os objetivos de ensino e ideias pedagógicas para cumprir sua finalidade educativa e, o Colégio Paes de Carvalho como instituição educativa de referência para a sociedade Paraense, destacou-se no cumprimento de tais fins, sendo positivamente consagrado; fato que gerou importantes representações sobre ele.

Logo, estas representações compuseram os valores, o civismo e o pensamento educacional presentes no dia-a-dia da escola, os quais, em suas devidas categorias fundamentavam o fazer educativo do Colégio, visando, assim, definir um tipo de estudante, de escola e ensino concernentes à instituição. Tais itens permitiram a definição deste Colégio como um estabelecimento modelar público do Pará, externado nos discursos oficiais e na execução das normas nacionais manifestadas na organização das atividades escolares, as quais davam formato à instituição secundária (Souza, 2013).

Estes elementos ainda permitem relacionar os referidos pontos do estabelecimento ao debate da forma escolar e seus constituintes como formadores do sistema de regras, tempos e conhecimentos escolares que compuseram uma proposta organizacional escolar mais moderna.

Outro item presente nas representações deste Colégio refere-se aos professores que ao ingressarem no corpo funcional da instituição, exerciam diversas atividades para além da sala de aula, como a composição de comissões, adoção de práticas e posturas concernentes ao valor institucional e, além disso, exerceram novas relações pedagógicas ditadas pela forma escolar, a qual definiu uma posição de autoridade e superioridade ao cargo docente.

Por fim, o grupo de representações trabalhadas neste texto, reuniu-se em quesitos de práticas, expectativas e habilidades geradas e materializadas a partir de atos escolares como horários de aulas, número de matrículas, diretrizes internas e outros registros que exibiram a relevância e a posição central desta instituição educativa secundária perante a população estadual.

## REFERÊNCIAS

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CUNHA SILVA, T. H.; CASTRO, C. A. O Ensino Secundário no estado do Pará na segunda República (1930-1945). **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

DALLABRIDA, N.; TREVIZOLI, D. M.; VIEIRA, L. As mudanças experimentadas pela cultura escolar do ensino secundário devido a implementação da reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. **Colóquio “Ensino médio, história e cidadania”**, v. 3, n. 3, 2013.

DAMASCENO, A. **A 2ª República e a Educação no Pará**. Belém: Ed. Açai, 2012.

DAMASCENO, A. Notas sobre a Educação Paraense na Segunda República. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 62, 2015.

FARIA FILHO, L. M. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135-150

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: DUARTE, R. et al. **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a História da Educação oitocentista**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1998.

FRANÇA, M. do P. S. G. de S. A. de; ALVES, L. M. S. A. Ensino secundário no casarão da praça da bandeira: Ginásio Paraense (1930-1937). **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 59, p. 162-179, 2020.

MINHOTO, M. A. P. Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 449-463, set./dez. 2008.

PESAVENTO, S. J. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E. B. História da cultura escolar através dos exames: o caso dos exames de admissão ao ginásio (1939-1971). **Intermeio: revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, MS, v. 8, n. 16, p. 4-15, 2002.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, R. F... de. A Escola modelar da República e a escolarização da Infância no Brasil: reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. In: SOUZA, R.F. de; SILVA, V. L. G. da; SÁ, E. F. de (Orgs.). **Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil: Investigações comparadas sobre a Escola Graduada (1870-1930)**. Cuiabá: EDUFMT, 2013. P. 19-57.

SOUZA, M. de A. **A cultura material escolar no Lyceu Maranhense (1838-1889)**. 2022. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-48, 2001.

#### **HISTÓRICO**

*Submetido:* 17 de Jan. de 2025.

*Aprovado:* 18 de mar. de 2026.

*Publicado:* 20 de mar. de 2026.

#### **COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:**

SILVA, T.H.C.; CASTRO, C.A. As representações do Colégio Paes Carvalho para o Ensino Secundário no Pará (1930-1950). **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 30, n.62, 2026, eISSN:2526-8449.